



EDUCAÇÃO RIBEIRINHA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria de Nazaré Teles de Lima¹

RESUMO

A educação ribeirinha é um tema de extrema relevância no contexto educacional brasileiro, apresentando uma série de desafios e perspectivas que merecem ser discutidos. No âmbito desse debate, a educação multicultural surge como um elemento fundamental para uma formação escolar mais inclusiva e adaptada à diversidade cultural presente nas comunidades ribeirinhas. Assim, este artigo tem a pretensão de discorrer sobre a educação ribeirinha, considerando os desafios e as perspectivas dos envolvidos. Para isso, recorre a diversas bibliografias sobre o assunto. Logo, após as análises, evidenciou-se que a educação multicultural se apresenta como uma abordagem pedagógica relevante e necessária para a promoção de uma educação de qualidade nas comunidades ribeirinhas, auxiliando no enfrentamento dos desafios educacionais existentes e na construção de perspectivas mais igualitárias e inclusivas para todos os estudantes.

Palavras-chave: Abordagem pedagógica; Educação Ribeirinha; Multiculturalidade.

ABSTRACT

Riverside education is a topic of extreme relevance in the Brazilian educational context, presenting a series of challenges and perspectives that deserve to be discussed. In the context of this debate, multicultural education emerges as a fundamental element for a more inclusive school education adapted to the cultural diversity present in riverside communities. Thus, this article intends to discuss riverine education, considering the challenges and perspectives of those involved. To do so, it uses several bibliographies on the subject. Therefore, after the analyses, it was evidenced that multicultural education presents itself as a relevant and necessary pedagogical approach for the promotion of quality education in riverside communities, helping to face the existing educational challenges and in the construction of more egalitarian and inclusive perspectives for all students.

Keywords: Pedagogical approach; Riverside Education; Multiculturalism.

¹ Possui graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Amazonas (1990), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1997), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2003). Atualmente é professora Adjunto da Universidade Federal do Amazonas. Atualmente responde como Diretora do Departamento de Projetos e Programas de Extensão - DPROEX, na Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, atua como pesquisadora e é membro da Comissão Permanente de Avaliação - CPA. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: escola municipal, Ensino Fundamental e Educação Infantil.



INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados pela educação ribeirinha são diversos e complexos. Dentre eles, destacam-se a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a escassez de recursos pedagógicos e a formação precária dos profissionais da educação que atuam nessas regiões. Além disso, a distância geográfica e as dificuldades de acesso tornam o processo de ensino e aprendizagem ainda mais complexos para os alunos ribeirinhos.

Diante desse cenário desafiador, a implementação de uma educação multicultural se apresenta como uma alternativa promissora para superar tais obstáculos. A educação multicultural propõe a valorização da diversidade cultural presente nas comunidades ribeirinhas, reconhecendo e respeitando as diferentes tradições, saberes e práticas dessas populações.

Nesse sentido, a inserção de conteúdos que abordem a história, a cultura e as tradições locais nas práticas pedagógicas pode contribuir significativamente para a construção de uma educação mais inclusiva e contextualizada. Além disso, a formação de professores sensíveis às especificidades culturais das comunidades ribeirinhas é essencial para promover um ambiente escolar acolhedor e respeitoso da diversidade. Dessa forma, este estudo tem a missão de discorrer sobre a educação ribeirinha, considerando os desafios e as perspectivas dos envolvidos.

O CONTEXTO AMAZÔNICO

Neste texto, parte-se do entendimento de que a Amazônia é uma região complicada de definir devido às múltiplas interpretações que podem ser atribuídas a esse termo, podendo se referir a uma bacia hidrográfica, uma área botânica ou um espaço político-econômico. Dependendo do critério utilizado para definição (geodésico, botânico ou fisiográfico), sua extensão territorial pode variar, aumentando ou diminuindo conforme o foco de interesse, estudo ou consideração (MOREIRA, 1960).

De acordo com o conceito hidrográfico, Moreira (1960) destaca que a Amazônia é representada pela bacia fluvial conhecida como bacia amazônica, ocupando cerca de 7.000.000 km², sendo o maior conjunto de rios não apenas



da América do Sul, mas também do mundo. Essa região se destaca por: a) extensão e volume de água da sua bacia; b) assimetria na distribuição dos afluentes, com os afluentes do Amazonas no sul sendo muito maiores que os do norte; c) presença de diversas entidades políticas que participam diretamente da região (nove unidades políticas do Brasil e sete do continente); d) excelentes condições de navegabilidade, sendo de grande importância econômica, social e histórica (MOREIRA, 1960).

Em relação ao conceito botânico, o autor menciona que, devido à ligação natural entre fauna e flora, a Hileia representa tanto um espaço botânico quanto faunístico. De acordo com Moreira (1960), é com a fauna e flora que a Amazônia tem despertado maior interesse científico, devido à grande quantidade de materiais e possibilidades de estudo nesse território. Algumas características importantes da Hileia são: a) grande diversidade e riqueza de sua fauna, em termos de formas e cores; b) predominância marcante de espécies arbóreas e aquáticas, diferenciando-se em variedade e quantidade de indivíduos das demais regiões; c) homogeneidade perceptível na composição e distribuição das espécies, do ponto de vista geográfico.

Conforme Moreira (1960), a região da Amazônia é uma das partes naturais do Brasil. Essa região é conhecida como Região Norte por fazer parte do Setentrião brasileiro. Devido à sua rica vegetação, diversidade de fauna, grande quantidade de rios e belas paisagens, a Amazônia desperta grande interesse geográfico no país. No entanto, a delimitação territorial dessa região se deu mais por questões políticas do que geográficas.

Contudo, segundo Moreira (1960), a Amazônia não é apenas uma região com características geográficas específicas, mas também um grande potencial econômico a ser explorado de forma técnica e racional. Muitas políticas públicas na Amazônia são então adotadas sob a perspectiva econômica.

De acordo com Chaves (2001), as políticas públicas implementadas na região são influenciadas pelos interesses e estratégias de expansão do capitalismo, afetando diretamente o modo de vida das comunidades tradicionais. Para Chaves (2001), as políticas públicas na Amazônia seguem lógicas opostas aos interesses de muitos habitantes locais, sendo justificadas pela necessidade de "desenvolver" e "integrar" a região aos centros econômicos do país e do mundo.



Na esteira desse raciocínio, Reis (1997) argumenta que, ao longo de todo o processo de formação e desenvolvimento, a região amazônica foi constantemente considerada uma vasta reserva de matérias-primas:

Desde o período em que os ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses, em disputa militar e em concorrência mercantil, se lançaram à grande empresa de descobrir, penetrar, dominar politicamente a região, impondo-lhe soberania europeia e criando o empório de matéria-prima que satisfizesse as exigências dos mercados consumidores do Velho Mundo, aos nossos dias, quando o próprio Brasil vê, a Amazônia, como a sua imensa reserva de produtos primários essenciais à sua caminhada no campo da industrialização (REIS, 1997, p. 13).

Reis (1997) ressalta, também, que a Amazônia tem contribuído para o bem-estar material e espiritual do mundo, no entanto, não foram estabelecidas condições existenciais adequadas para as comunidades amazônicas em igual medida.

Com base nos autores mencionados, é possível afirmar que, desde o período colonial até os dias atuais, as políticas públicas implementadas têm abordado o espaço amazônico sem levar em consideração as formas de vida e os saberes historicamente construídos. Isso revela um profundo desrespeito pelos mosaicos socioculturais que dão vida à região. Desta forma, a Amazônia não deve ser interpretada apenas como um ambiente físico, natural ou humano, mas sim como uma totalidade complexa que engloba dimensões naturais, políticas, ideológicas e socioculturais, todas intrinsecamente ligadas às relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza.

COMUNIDADES TRADICIONAIS: ASPECTOS PARA DISCUSSÃO

O conceito de comunidade tem sido amplamente discutido nas Ciências Sociais, juntamente com a noção de sociedade, formando assim as unidades mais complexas na Sociologia. Elas reúnem agentes sociais, combinando e incluindo instituições, grupos e diferentes segmentos. Weber (1973), ao examinar o conceito de ação social, observa minuciosamente os significados de "relação social". O autor explica como uma relação social é chamada de "relação comunitária" e quando é chamada de "relação associativa":



Uma relação social denomina-se "relação comunitária" quando e na medida em que a atitude na ação social - no caso particular ou em média ou no tipo puro - repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo.

Uma relação denomina-se "relação associativa" quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar, especialmente, (mas não unicamente num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença do compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte (WEBER, 1973, p. 25).

A afirmação de Weber confirma o traço inerente a toda interação social: a tensão entre valores e ideias contrapostos que se entrelaçam e são base para a formação do *ethos* e da visão de mundo de um grupo social específico.

Tönnies (1947) criou uma teoria que diferencia dois tipos de relações sociais: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, que podemos entender como comunidade e sociedade. Para Tönnies (1947), *Gemeinschaft* representa sociedades antigas, homogêneas e de relações locais e íntimas. Por outro lado, *Gesellschaft* representa as sociedades urbanas, com relações impessoais e pragmáticas. Essas distinções são vistas como tipos ideais e podem coexistir, mas *Gemeinschaft* é mais comum em áreas rurais.

De acordo com Tönnies (1947), a comunidade é distinta da sociedade, sendo caracterizada pela "vida real e orgânica" que une as pessoas de forma recíproca. Os laços formados são baseados em parentesco, vizinhança e amizade. Tudo que é compartilhado, íntimo e vivenciado em conjunto é considerado como vida em comunidade.

Em sua análise sobre o conceito de comunidade, Gusfield (1975) identificou dois principais usos: a) referente a território e b) referente a relacionamentos. O autor destaca aspectos qualitativos e de caráter das relações sociais, sem mencionar localização.

Gusfield (1975) destaca, como ponto central de sua análise, a perspectiva relacional da comunidade. Para o autor, a comunidade representa uma ferramenta analítica fundamental na compreensão das transformações sociais tanto nas sociedades ocidentais quanto nas "novas nações". Sua abordagem dos



estudos de Gusfield (1975) é essencial, uma vez que o autor define uma comunidade não pela sua localização geográfica, mas sim pelas interações sociais que se desenvolvem dentro do contexto comunitário.

Com base nos autores citados, entende-se que as comunidades tradicionais na Amazônia têm um jeito próprio de cuidar da natureza e se organizar socialmente. Assim, a comunidade é vista como um lugar onde são construídas identidades sociais, projetos em comum e onde a diversidade é valorizada. É nesse ambiente que se consolidam as relações sociais, os estilos de vida particulares e as maneiras adequadas de administrar os recursos locais, destacando a importância da cultura.

As discussões sobre cultura têm sido fundamental nos estudos antropológicos ao longo do último século. Este tema tem sido objeto frequente de análises científicas, justificando a vasta produção bibliográfica voltada para aprofundar seu conceito. Segundo Laraia (1999), Edward Tylor foi o primeiro a definir o conceito de cultura no final do século XIX.

Tylor utilizou o termo germânico *Kultur* (que expressava todos os aspectos espirituais de uma comunidade) e a palavra francesa *Civilization* (referente às conquistas materiais de um povo) para criar o termo em inglês *Culture*. Conforme Laraia (1999), numa perspectiva etnográfica abrangente, a cultura consiste no complexo de conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e capacidades ou hábitos adquiridos pelos indivíduos como parte de uma sociedade. Laraia (1999) salienta que a definição de cultura proposta por Tylor englobou em uma única palavra todas as potencialidades da realização humana, evidenciando o aspecto de aprendizado cultural em contraposição à ideia de aquisição inata por meio de mecanismos biológicos.

Boas (1896 apud LARAIA, 1999) trouxe uma contribuição importante para a ampliação do conceito de cultura ao destacar as pesquisas históricas. Segundo esse autor, cada cultura segue trajetórias próprias devido aos diferentes acontecimentos históricos que enfrenta. Laraia (1999, p. 46) esclarece que:



O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções. Estas não são, pois, o produto de uma ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 1999, p. 46).

Clifford Geertz (1989) analisa a cultura como sistemas simbólicos, que considera não como um conjunto de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle para guiar o comportamento das pessoas. De acordo com Geertz (1989), todos os seres humanos possuem a capacidade inata de receber um programa, e esse programa é o que chamamos de cultura. Isso levou o autor a concluir que apesar de nascermos com a capacidade de viver diversas vidas, acabamos vivendo apenas uma.

Segundo Geertz (1989), a humanidade pode ser considerada e compreendida como ser simbólico. Assim, o comportamento humano também é visto como ação simbólica. Para o autor, os códigos específicos que guiam as ações de certos grupos ou comunidades, bem como as interpretações da natureza feitas por essas populações, podem não ser compreendidos por outros grupos ou pela sociedade em geral. Portanto, é essencial buscar significado, explicação ou compreensão das expressões sociais que parecem enigmáticas à primeira vista. Ruth Benedict (apud LARAIA, 1999) segue a mesma linha de pensamento, ao afirmar que a cultura funciona como uma lente através da qual as pessoas enxergam o mundo. Para ela, indivíduos de culturas distintas utilizam lentes diferentes e, conseqüentemente, têm visões diversas das coisas.

Com base na discussão dos autores, entende-se que as visões de mundo, valores morais, relações sociais e comportamentos são moldados pelo patrimônio cultural de uma determinada sociedade. Analisar a cultura das comunidades tradicionais da Amazônia é essencial, já que possuem um sistema cultural que integra o homem à natureza, permitindo a gestão sustentável dos recursos naturais através do etnoconhecimento.

No que diz respeito à cultura das comunidades amazônicas, Morán (1990) diz que ela representa a síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo mediada pela relação dos homens entre si e pelas interações com a natureza. Assim, as relações entre o homem e a natureza são influenciadas pela cultura.



Para entender como as comunidades tradicionais utilizam os recursos naturais, é importante não apenas conhecer as classificações e as categorias que representam o conhecimento sobre plantas e animais, mas também todo um conjunto de crenças, mitos e rituais que moldam o estilo de vida a partir da percepção e uso dos recursos, pois essas formas de significado estão profundamente ligadas à organização cultural. Em relação à importância da cultura das comunidades tradicionais para a preservação da biodiversidade, Posey (1980) argumenta que:

[...] os povos tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas) possuem vasta experiência na utilização e conservação da diversidade biológica e ecológica que está, atualmente, sendo destruída [...]. Os povos tradicionais, em geral, afirmam que, para eles, a 'natureza' não é somente um inventário de recursos naturais, mas representa as forças espirituais e cósmicas que fazem da vida o que ela é (POSEY, 1980, p. 149-150).

De acordo com Leff (2000), essas práticas tradicionais de manejo dos recursos continuam sendo passadas adiante em diferentes contextos étnicos e geográficos como estratégias reais de sobrevivência cultural e desenvolvimento sustentável. Nas comunidades tradicionais, é possível observar um forte componente cultural, no qual os homens constroem suas representações simbólicas, seus mapas mentais que guiam suas ações. Essas representações são meios pelos quais os homens, ao estabelecerem conexões, recriam seu mundo, fortalecendo ou transformando os mundos de seus ancestrais (GEERTZ, 1989).

COMUNIDADES RIBEIRINHAS: SABERES E COMPETÊNCIAS

A Amazônia abriga diversos grupos étnicos e comunidades tradicionais que se desenvolveram ao longo do tempo, em decorrência dos diversos processos de colonização e miscigenação que ocorreram na região. Pode-se afirmar que o povo amazônico é resultado dos intercâmbios culturais entre diferentes grupos e etnias. Essa interação proporcionou uma herança que se reflete de maneiras diversas no cotidiano do povo amazônico, influenciando as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e a estrutura familiar.



Dentre os diversos agentes sociais que integram a diversidade amazônica, destacam-se os povos indígenas, as comunidades ribeirinhas, pescadores, extrativistas, quilombolas, migrantes, entre outros. De acordo com Chaves (2009), cada um desses grupos possui uma identidade sociocultural e política própria, com formas específicas de sobrevivência e organização política, que estão relacionadas a: a) suas origens étnicas, pela adoção e adaptação de conhecimentos e técnicas de acordo com suas necessidades; b) aos complexos padrões de organização da produção e gestão dos recursos naturais; c) à luta pela garantia de sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais; d) às atividades desempenhadas, como agricultura, caça, pesca, coleta e extração, realizadas conforme suas demandas e os recursos naturais disponíveis.

Nesse contexto, argumenta-se que *modus vivendi* e a estrutura política das comunidades tradicionais ribeirinhas são caracterizadas e guiadas por uma identidade fundamentada nos valores socioculturais e na dinâmica sócio-histórica da região amazônica. Os saberes predominantes nas comunidades tradicionais são herdados das populações indígenas que habitam a região, remontando a períodos anteriores ao processo de colonização. A influência de outros grupos, especialmente a portuguesa, foi responsável pelo surgimento da cultura dos caboclos (MORÁN, 1990).

Segundo Morán (1990), a cultura cabocla começou com a chegada dos portugueses (1500 a 1850), seguida por um período de mistura cultural e econômica baseada na extração de borracha (1850 a 1970). O estudo de Morán (1990) mostra que o caboclo pode ser um ribeirinho, coletor de seringa ou castanha, agricultor, canoieiro e pescador, geralmente se sustentando com essas atividades.

De acordo com Chaves (2001), os habitantes ribeirinhos da Amazônia são reconhecidos como uma população tradicional, principalmente através da sua comunicação e das representações dos lugares e tempos de vida em relação à natureza. A relação com a água e seus sistemas de classificação da fauna e flora compõem um significativo patrimônio cultural. A autora destaca que esses indivíduos são socialmente identificados como ribeirinhos.



[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores (CHAVES, 2001, p. 78).

Dessa forma, as comunidades tradicionais ribeirinhas representam o *locus* no qual os ribeirinhos estabelecem suas relações sociais, percebendo no rio um significado profundo, que se apresenta como complemento essencial de suas vidas, ou mesmo como a própria essência delas, conforme descrito por Cruz (1999, p. 04).

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem (CRUZ, 1999, p. 4).

O rio exerce influência até mesmo na construção das moradias dos ribeirinhos, as quais são sempre voltadas para a margem, possibilitando serem avisadas pelas embarcações que trafegam nos rios amazônicos. Isso evidencia que o rio detém uma significativa carga simbólica para os habitantes ribeirinhos.

As comunidades ribeirinhas apresentam, ainda, um modo de vida peculiar em diversos aspectos, incluindo o uso do território, o manejo coletivo dos recursos locais orientado pelos conhecimentos locais, em uma abordagem comunicativa e cooperativa. Esse modo de vida se reflete nas relações sociais de trabalho e nos laços de compadrio e parentesco. Na realidade amazônica, esses aspectos assumem singularidades regionais específicas (CHAVES, 2001).

As comunidades tradicionais asseguram sua reprodução social e física por meio da gestão dos recursos locais, desenvolvendo estratégias de organização comunitária para enfrentar as dificuldades decorrentes da falta de bens e serviços sociais, o que constitui uma capacidade intrínseca dessas comunidades. Essas estratégias são estabelecidas através da solidariedade e cooperação mútua entre os membros da comunidade, fundamentadas em saberes tradicionais que permitem lidar com a doença utilizando plantas medicinais, substituir um médico por uma parteira e contornar a ausência de equipamentos. Dessa



forma, as atividades coletivas representam a consolidação dos laços de parentesco e compadrio, traço distintivo nas comunidades tradicionais. Tais práticas visam fortalecer a organização social, política e cultural das populações tradicionais.

EDUCAÇÃO EFETIVADA JUNTO AOS POVOS RIBEIRINHOS

A educação ribeirinha é um tema de extrema relevância quando se trata da valorização e preservação das culturas e tradições dos povos tradicionais que habitam as regiões ribeirinhas do Brasil. Este grupo populacional, historicamente marginalizado e muitas vezes esquecido, possui uma riqueza cultural e um conhecimento ancestral que merecem ser reconhecidos e respeitados. Dessa forma, a efetivação da educação junto aos povos ribeirinhos se apresenta como um caminho essencial para promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social dessas comunidades.

Um dos desafios enfrentados na promoção da educação ribeirinha está relacionado à infraestrutura precária das escolas localizadas nas regiões ribeirinhas, muitas vezes carentes de recursos básicos como energia elétrica, internet e materiais didáticos adequados. Além disso, a distância geográfica e a dificuldade de acesso a essas comunidades também se configuram como obstáculos a serem superados para garantir o pleno acesso à educação de qualidade.

Para superar tais desafios, é fundamental implementar políticas públicas voltadas especificamente para a valorização da educação ribeirinha, considerando as particularidades culturais e sociais dessas comunidades. Nesse sentido, a formação de professores capacitados para atuar de forma efetiva junto aos povos ribeirinhos, respeitando e integrando seus saberes tradicionais ao currículo escolar, é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Chaves (2001) destaca a importância da educação como ferramenta de transformação social quando efetivada junto aos povos ribeirinhos. Segundo o autor, a valorização da cultura e dos saberes tradicionais dessas comunidades é essencial para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e eficazes. A educação ribeirinha, ao considerar as especificidades locais e as necessidades desses povos, pode contribuir significativamente para a promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida.



Reis (1997) complementa essa visão ressaltando a importância da participação ativa das comunidades ribeirinhas no processo educacional. Para o autor, a construção de uma educação verdadeiramente transformadora requer o envolvimento dos moradores locais, valorizando seus conhecimentos, tradições e modos de vida. Dessa forma, a educação ribeirinha se torna mais significativa e alinhada com as realidades e aspirações dessas populações.

Por sua vez, Laraia (1999) enfatiza a necessidade de políticas públicas educacionais mais inclusivas e sensíveis às demandas dos povos tradicionais, como os ribeirinhos. O autor destaca a importância de superar visões paternalistas e estereotipadas em relação a essas comunidades, promovendo uma educação que respeite e valorize sua identidade cultural. A educação ribeirinha, nesse sentido, deve ser pautada no diálogo intercultural e na promoção do respeito à diversidade.

Além disso, a utilização de tecnologias educacionais inovadoras, como a educação a distância e o uso de materiais didáticos interativos, pode ampliar o acesso ao conhecimento e facilitar o processo de aprendizagem nas comunidades ribeirinhas. Por meio da parceria entre instituições de ensino, organizações não governamentais e órgãos públicos, é possível promover ações conjuntas que visem fortalecer a educação ribeirinha e empoderar essas comunidades.

Dessa forma, a efetivação da educação junto aos povos ribeirinhos não apenas contribui para a preservação das tradições e saberes locais, mas também representa um importante instrumento de promoção da inclusão social, desenvolvimento sustentável e valorização da diversidade cultural. É preciso reconhecer a importância da educação ribeirinha como um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros, garantindo o acesso igualitário à educação e o respeito à pluralidade cultural que caracteriza o nosso país.

Em suma, a abordagem da educação efetivada junto aos povos ribeirinhos, embasada nas reflexões de Chaves (2001), Reis (1997) e Laraia (1999), destaca a importância de práticas educacionais contextualizadas, participativas e inclusivas. Ao valorizar os saberes locais, promover a participação das comunidades e respeitar a diversidade cultural, a educação ribeirinha pode se tornar um instrumento poderoso de empoderamento e desenvolvimento sustentável para essas populações tradicionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, observa-se uma relação de respeito entre o homem e a natureza, uma vez que os ribeirinhos não separam o homem do ambiente natural. Essa abordagem possibilita a gestão sustentável dos recursos naturais, por meio do conhecimento tradicional, sem degradar o ecossistema. A estrutura cultural dessas comunidades apresenta uma lógica particular que merece ser mais profundamente investigada em futuros estudos, dado o inestimável valor que carrega consigo. Cada grupo social reflete a singularidade de sua própria cultura, não sendo passível de atribuição a determinismos geográficos, genéticos ou ecológicos. Trata-se, portanto, de uma construção sócio-histórica que carrega consigo sistemas simbólicos, significados e modos de apropriação únicos para cada comunidade.

É importante ressaltar que as observações realizadas nessa análise não endossam, em momento algum, a noção romântica do "bom selvagem". Essa concepção retrata tais agentes como vítimas desamparadas ou como defensores ardorosos da natureza, isentos de qualquer impacto sobre ela. A posição adotada aqui diz respeito ao entendimento de que a proteção da natureza não deve ser feita em detrimento das comunidades que vivem nas áreas de conservação, uma vez que, assim como o meio ambiente, os saberes das populações tradicionais também merecem ser valorizados.

Com base na concepção de Chaves et al (2009), compreende-se que o desenvolvimento ecologicamente viável só é alcançável quando socialmente equitativo. No contexto das comunidades tradicionais da Amazônia, destaca-se a urgência de ampliar as pesquisas que priorizem a compreensão do *modus vivendi* desses grupos, de forma que as análises conduzam à adoção de políticas públicas direcionadas à promoção da sustentabilidade socioambiental, enquanto se respeita o direito dessas populações de preservarem seus territórios com autonomia sociocultural e política.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001.** Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CRUZ, Manuel M. **Sítios agroflorestais na várzea do Careiro.** *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez. 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas Rio de Janeiro:** Editora Guanabara, 1989.

GUSFIELD, Joseph. **The community: a critical response.** New York: Harper Colophon, 1975.

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico.** 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental Tradução de Sandra Valenzuela.** Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2000.

MORÁN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** São Paulo: Vozes, 1990. (Coleção Ecologia & Ecosofia).

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem.** Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima).

POSEY, D. A. **Os Kayapó e a natureza.** *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 34-41, 1980.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringueiro e o seringueiro Manaus:** Editora da Universidade do Amazonas, 1997.



TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad** Buenos Aires: Editorial Losada, 1947.

WEBER, Max. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.**
In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade** São Paulo: Nacional, 1973.